



SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Nº 178 14/05/92

Mauro não aceita queixa-crime da Eletrosul

Na segunda-feira, dia 11 de maio, aconteceu na 1ª Vara Criminal de Florianópolis a audiência de tentativa de reconciliação relacionada ao processo no qual a Eletrosul, na pessoa do seu presidente Amílcar Gazaniga, acusa de calúnia e difamação o presidente do Sinergia, Mauro Passos.

O juiz de Direito, Nilton Macedo Machado, após ouvir as duas partes e constatar que não havia chance de acordo resolveu dar seqüência ao processo.

O pleito será agora encaminhado ao Ministério Público que deverá decidir se recebe ou não a queixa. Se for recebida o processo entra finalmente nos seus trâmites com interrogatórios.

Antes do início da audiência o presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga, deu uma entrevista ao Linha Viva sobre o assunto.

Segundo ele "o presidente do sindicato, Mauro Passos, declarou à imprensa e supriu parlamentares de longe do Estado com informações falsas e distorcidas e isto causou sérios prejuízos à imagem da Eletrosul."

Os fatos a que se refere o representante da direção da

Eletrosul são as denúncias a respeito da Usina Jorge Lacerda IV e compra de ações pela Fundação Elos. Segundo Gazaniga o senador Suplicy, foi simplesmente "um agente utilizado para dar divulgação aos fatos".

O objetivo maior do processo seria que "através do Judiciário, como mediador, voltemos a ter seriedade no relacionamento entre sindicatos e empresa e que cada um só fale a verdade e se responsabilize pelo que diz e faz".

Por fim explicando como vê as atuais relações entre sindicato e empresa o presidente da Eletrosul afirmou que o "clima é de normalidade. Esta semana mesmo os sindicatos foram recebidos pela diretoria administrativa. Não temos nenhuma dificuldade com os vários sindicatos."

Gazaniga disse ainda que: "a questão é específica e pessoal entre a figura do presidente do sindicato dos Eletricistas, Mauro Passos, e do presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga. Eu não admito que ninguém, impunemente, me chame de ladrão. É por isto que todos contatos são feitos com a diretoria adminis-



Juiz ouve Mauro e Gazaniga

trativa, para evitar interpretações equivocadas."

IRRECONCILIÁVEIS

Mauro Passos declarou perante ao juiz de Direito que "lamentava o fato da Justiça ter sido acionada por uma questão tão sem fundamento". Perguntado pelo juiz se havia possibilidade de uma reconciliação, Mauro foi taxativo dizendo que não havia meios de se reconciliar uma vez que não havia cometido nenhum crime. "Simplesmente encaminhei ao Senado federal, na pessoa do

senador Eduardo Suplicy, documentos oficiais da Eletrosul (DAQ - 2166) e da Elos (ata da reunião de curadores), para que ele examinasse e desse os encaminhamentos que achasse convenientes. O senador, após analisar os documentos, encaminhou um Pedido de Explicação ao Ministério das Minas e Energia e ao Tribunal de Contas da União".

Finalizando sua participação na audiência Mauro declarou que "nada mais fiz que exercer, com responsabilidade, o meu direito de cidadão. Isto que saiba não é crime".

Após a audiência perguntado pelo Linha Viva sobre as declarações do presidente Gazaniga, Mauro respondeu: "é normal haverem divergências entre os sindicatos e as empresas, só que nunca levei estas questões para o campo pessoal, ou para a vida particular de quem quer que seja."

Para Mauro, o que se espera deste episódio, "é que a diretoria da Eletrosul responda as questões levantadas pelo senador Suplicy em vez de desviar o assunto com queixas crime infundadas".

Delman está de volta

Para alegria geral, a juíza Lourdes Dreyer julgou improcedente o pedido da Eletrosul de suspensão do contrato de trabalho do diretor do Sinergia Delman Ferreira e condenou a empresa a pagar os salários relativos ao período de suspensão do contrato (cerca de 20 meses).

Segundo a juíza "o ato praticado por Delman não foi suficientemente grave para justificar que a empregadora deixe de ter confiança em seu

empregado." Disse ainda que "o simples ato de ter descolado alguns cartazes das paredes, de fácil reposição, não é grave o suficiente para justificar o rompimento do vínculo laboral".

Para Dinivaldo Gilioli, diretor de imprensa do Sinergia, "uma a uma, todas as injustiças estão sendo reparadas. É só uma questão de tempo. O que lamenta é que o custo econômico dos desmandos é pago pela sociedade e não pelos responsáveis".

EDITORIAL

Jogos de Integração?

A ELETROSUL ao mesmo tempo que divulga tese da modernidade e quer tem como meta ser "referência do setor elétrico brasileiro" os sindicatos se perguntam referência em quê? Em perseguições? Em punições? terrorismo? ameaças? demagogia? A mais recente atitude desta demagogia é a iniciativa de realizar os primeiros jogos de integração. Está no Salão Especial que o objetivo dos jogos é "integrar os empregados no âmbito de cada Diretoria". A seguir fica dito que a formação das representações ficará ao cargo dos diretores que "detectarão" funcionários como (pasmem!) "agentes motivadores".

Num momento em que se implanta a síndrome do medo dentro da Eletrosul, é difícil falar em "jogos de integração". Integrar o quê? A que interesse? É hora de cada um de nós refletirmos sobre tudo o que vem ocorrendo. Ninguém é contra a prática de esporte, e seus benefícios sociais, culturais e físicos. Mas também ninguém esquece que dezenas de atletas, alguns dos quais que representaram a empresa a nível nacional, foram demitidos.

URGENTE

Se você não faz parte da lista dos 1.705 empregados da Eletrosul contemplados na sentença do TST, referente ao Plano Bresser, ajuizada pelo Sindicato de Florianópolis e estava com a carteira de trabalho assinada pela Eletrosul em junho de 1987, deve procurar até dia 21 de maio, impreterivelmente, o Sinergia ou seus representantes sindicais, para que você possa ser incluído na ação que será ajuizada em nome do Sinergia, buscando o reajuste subtraído pelo Bresser, para os empregados ainda não contemplados.





A outra cara da iniciativa privada

Foi preciso uma espécie de "intervenção" popular nos meios de transporte coletivos de Florianópolis para se descobrir que o sistema vem sendo dirigido, no mínimo, de forma inconveniente para os florianopolitanos. Em dezembro de 91 foi criado, na capital catarinense, o Conselho Municipal de Transporte Público, no qual o Sinergia está presente através do seu diretor Delman Ferreira. Os integrantes do conselho estão analisando a legislação sobre o assunto, recebendo aulas sobre sistema de transporte urbano, aprendendo como fazer cálculos de tarifas e descobrindo como o sistema vem sendo gerenciado. As surpresas foram muitas até agora.

A primeira foi em relação à própria constituição federal que diz que quando o Estado passa a concessão de um serviço público deve garantir ao concessionário a manutenção do seu capital e a remuneração de, no mínimo, 12% ao ano. No caso dos coletivos a coisa fica assim: a pessoa que compra um ônibus e passa a explorar uma rota concedida pela prefeitura tem o direito de sair do negócio a qualquer hora e levar o ônibus consigo. "O sistema garante o patrimônio desta pessoa. Ela não corre risco nenhum", explica Delman.

Em Florianópolis a coisa fica mais fácil ainda para os empresários. É que através de uma percentagem da tarifa, a cada 10 anos o sistema paga o valor integral de cada ônibus ao concessionário, que continuará sendo o proprietário deste novo veículo. A vida útil estipulada para um ônibus é de 10 anos de uso mas empresas reformam os carros velhos mantendo o chassi e motor e entram com este carro no sistema como se fosse um veículo novo. "Assim os ônibus são pagos duas vezes e as empresas ainda trocam entre si de carros para poderem faturar mais", conta Delman.

Vale lembrar ainda que todos custos (salários de motoristas e cobrado-

res, oficina, combustível) são pagos pela passagem. "Resumindo: o empresário não tira um tostão do seu bolso. O único investimento que faz é o inicial, para comprar o carro, depois disso tudo é lucro. Em Florianópolis ainda por cima qualquer multa ou peça quebrada é paga pelo motorista e cobrador. O que sem dúvida é uma perversidade."

Além de todas as facilidades os empresários são socorridos eventualmente pelo prefeito, como mostra Delman: "Recentemente um projeto do vereador Vitor Schmidt tratou de modificar a venda antecipada de passes. Passava a responsabilidade para a prefeitura tirando das mãos dos empresários esta prerrogativa. É que como as vendas são antecipadas o dinheiro recolhido pode ser aplicado e ter uma rentabilidade maior. Isto é o que hoje os empresários do setor fazem. A prefeitura ficaria com esta renda para aplicar na construção de novos abrigos e contratação de fiscais. A Câmara de Vereadores aprovou o projeto. Mas o prefeito Bulcão Viana vetou".

Delman conclui que hoje se o governo diz que o serviço estatal "não presta e que a iniciativa privada é a solução para tudo. Mas o que é que se vê na prática? O transporte coletivo é um serviço público da maior importância, está nas mãos de empresários e mesmo assim é um dos piores serviços à disposição da população. Visto que a Constituição federal trata de concessões em geral, qualquer serviço público garante ao concessionário os mesmos privilégios. Ou seja, quando os 'neo-liberais' defendem a privatização, estão, na realidade, defendendo lucros garantidos pelo Estado, mercado cativo e garantido, sem nenhum risco. Assim é com a privatização de serviços de telecomunicação, saúde, etc e será, caso consigam privatizar, o setor elétrico."

Regride negociação na Celesc

Depois de ser adiada por algumas horas, a reunião com o diretor administrativo da Celesc, Jorge Washington Petry, na terça-feira, dia 12 de maio, acabou se mostrando, no entendimento da Intercel, um retrocesso em relação ao encontro mantido na semana anterior com o presidente da empresa.

Na reunião com o presidente ficou clara a direção geral que seriam dadas nas negociações. Por isto os sindicatos estão tentando agendar uma nova reunião para hoje, quinta-feira, dia 14 de maio, com o presidente Verdini. Além disso a Intercel também está convocando todos celesquianos para assembleias e reuniões por local de trabalho em todo Estado para discutir o assunto.

Na reunião com o Diretor Administrativo, terça-feira, a posição da empresa por ele transmitida rapidamente foi a seguinte:

1 - Reajuste salarial - a Celesc diz que não dará antecipação no mês de maio. Negociação só em junho.

2 - Benefício Alimentação - mantém em Cr\$ 6.336,00.

3 - Demissões - a empresa não tem posição sobre reintegrações.

4 - Plano Amhor - período de experiência de três meses conforme critério já divulgado (em maio se paga o mesmo valor de abril).

5 - Eleição para a Fundação Celos - mesmo regulamento da eleição anterior com criação de uma comissão sindicato-empresa para orientar o pleito.

A Intercel não concorda com a posição da Celesc em relação ao reajuste salarial. Os sindicatos tem certeza que a empresa poderia manter a mesma remuneração de abril em maio, ou seja, cada funcionário não teria que deixar nos cofres da empresa a gratificação-acordo.

Sobre o benefício alimentação os sindicatos também consideram um absurdo e acreditam que seja uma irresponsabilidade permanecer a orientação da cláusula do acordo coletivo deste ano



Reunião da Intersindical com DA acabou frustrada.

sobre o valor-referência. Entendem que a empresa está descumprindo o acordo e criando mais um passivo trabalhista. Lembram ainda que o restaurante da Central já está cobrando Cr\$ 7.200,00 por refeição.

De outro lado a Intersindical concorda com a proposta da Fundação Celos

sobre o Plano Amhor, cujo contrato venceu em 30 de abril de 92. Esta foi a única solução encontrada para salvar o plano e sem a qual o celesquiano ficaria sem a cobertura médico-hospitalar a partir de maio.

Numa avaliação final desta última reunião a Intersindical pensa que está

chegando o momento da categoria dar um basta a este desrespeito com o qual a direção da empresa vem tratando todas estas questões. É necessário uma posição mais firme que não deixe dúvidas sobre a disposição de luta dos empregados da Celesc.



Eleições agitam Sul do Estado

Começaram na segunda-feira e encerram hoje, dia 14 de maio, as eleições para a escolha da nova diretoria do Sindicato de Energia Elétrica de Tubarão. Os escolhidos serão responsáveis pela gestão do triênio 92-95. Duas chapas estão concorrendo: uma de oposição e outra da atual diretoria com 20 nomes novos. A apuração dos votos começa hoje às 18 horas e pelo comparecimento da categoria às urnas o quorum mínimo de 2/3 dos sócios foi preenchido já nos dois primeiros dias de eleições.

Gratificação para todos

Mais de mil empregados da Celesc de Blumenau, ligados ao Sindicato de Energia Elétrica do Vale do Itajaí, ganharam na Justiça Regional do Trabalho a ação de grati-

ficação de férias. A Celesc vinha pagando apenas 50% do valor. Segundo a juíza Marcia Grahl a gratificação foi instituída como um benefício pela supressão de energia gratuita e portanto é cumulativa com o abono de férias. A mesma ação já foi ganha em 1ª Instância pelos trabalhadores de Rio do Sul e Itajaí.

Privatização pelas beiradas

Recentemente um dos quatro caminhões da Celesc que fazem o serviço de alta tensão para a região de Blumenau foi passado em definitivo para a região de São Miguel do Oeste, que necessitava com urgência deste tipo de equipamento. O interessante é que para compensar esta perda o escritório da Celesc de Blumenau contratou uma empresa especializada em serviços

de linha viva de Goiás para fazer o serviço. Todo mundo está se perguntando porque uma empresa foi contratada, para substituir um caminhão? O que vai acontecer com os especialistas que a própria Celesc forma para fazer este tipo de serviço?

Cálculo Mirabolante

Aramis Luis de Novaes, presidente do Sindicato do Norte de SC, está denunciando a espécie de "compra" de direitos dos empregados que a Eletrosul está querendo fazer. O caso diz respeito ao transporte entre as subestações e cidades. Face à mudança de turnos do pessoal que trabalha na operação, há muitos anos a empresa assumiu a responsabilidade pelo transporte entre as subestações e as cidades onde essas pessoas moram. Mas agora a Eletrosul quer acabar com isto e propôs, através de um cálculo

mirabolante, comprar este direito dos empregados. O cálculo é o seguinte: multiplicar o custo mensal dos veículos da empresa que fazem este transporte pelos anos que o empregado usufruiu do direito. Indenizar esse empregado e acabar com o transporte. Em assembleia geral, por unanimidade os empregados rejeitaram a proposta e querem que tudo fique como está.

Mais uma vez sem resposta

No dia 11 de maio, o diretor administrativo da Eletrosul respondeu, por carta, a posição da empresa com relação ao Plano Bresser, reposição salarial e demissões, pontos levantados pela Intersindical em reunião com o DA uma semana antes. Nenhum dos pontos foi atendido e em relação ao Plano Bresser disse ter orientação do governo federal para não negociar neste momento.

TRIBUNA

Libre

Perseguição e Covardia

Maria Margarida Sampaio
diretora do Sinergia

A recente demissão da empregada Gertrudes Lehrbach, concursada e com 14 anos de Eletrosul é um exemplo que merece reflexão. Ocorre que seu companheiro, Cascaes - representante do Sinergia, obteve poucas semanas atrás ganho de causa na Justiça do Trabalho, numa ação de reintegração referente a demissão arbitrária que lhe foi imposta por ocasião da greve 1990. A resposta da empresa foi tão rápida quanto covarde.

"Gê", como é conhecida, recebeu de suas chefias imediatas a explicação de que tal decisão não tinha nenhuma relação com seu trabalho. Era uma "ordem superior" a ser acatada sem questionamentos e que extrapolava o âmbito da própria Diretoria em que trabalha (DC). Bica, o ADC, confirmou tratar-se de "determinações superiores" mas estava desautorizado a revelar os motivos. Um detalhe pitoresco é que cerca de 3 semanas atrás, foi comunicada pessoalmente pelo chefe de departamento (DPA) que o seu "caso", considerado delicado por ocasião das "presenças" da reforma administrativa, agora estava seguro e não haveria mais preocupação com ameaças de demissão. O mesmo chefe já havia anunciado aos empregados da sua área que o enxugamento da "DC" tinha terminado. Não por acaso, foi o mesmo tom de discurso adotado pelo respectivo diretor quando festejou o fim do "terror".

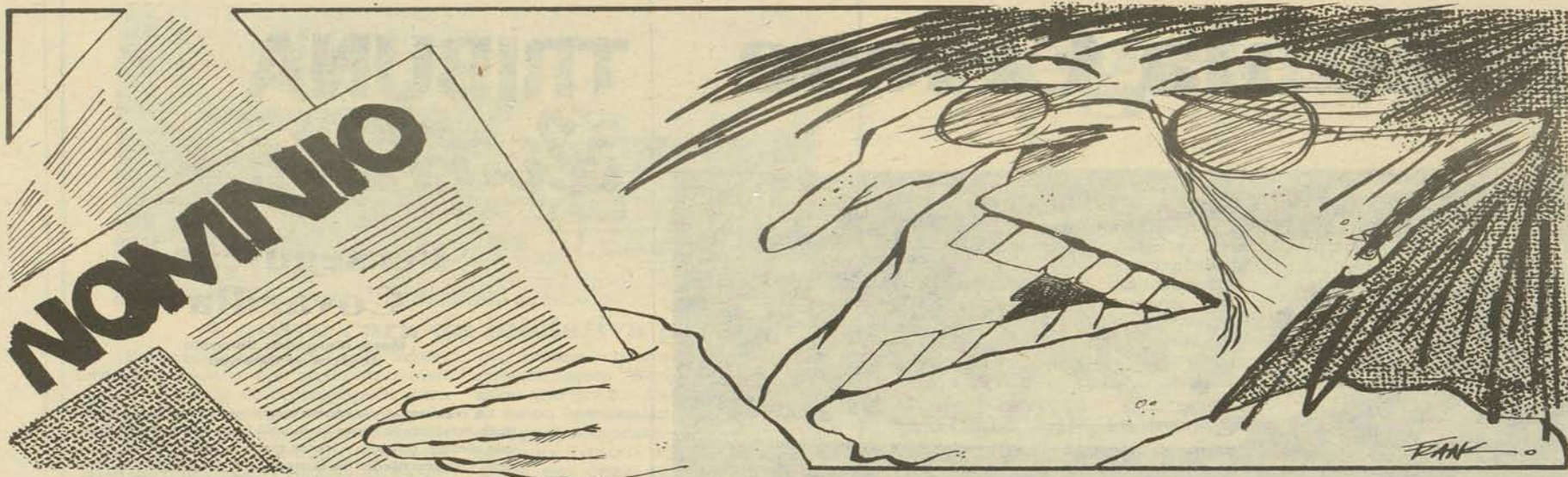
Para quem se lembra, a trajetória da Gê na Eletrosul já foi marcada, tempos atrás, por atitudes do mesmo padrão. Passados dois anos no DOF, foi aprovada num concurso interno indo para o DRH. Anos depois, em 1989, quando Lezaña e Silvio Rorato assumiram o Departamento de Recursos Humanos, Gê foi simplesmente comunicada que teria que abandonar suas atividades na área, por lidar com informações tidas como confidenciais. O sigilo, no caso, dizia respeito ao quadro de pessoal (salários, promoções, lotação...). Rossi, na época seu chefe imediato, foi sincero ao confessar que o problema em questão, após 10 anos nestas atividades, era unicamente o seu "envolvimento com um cara do sindicato" (sic). Na ocasião, Ariovaldo, o então Diretor Administrativo, chegou a desculpar-se pelos excessos e colocações equivocadas de seus subordinados, "facilitando" sua transferência para outra área, uma vez que o clima gerado seria de difícil reversão. Gê foi então para a área de orçamentos da DC, antiga ASOR, mais tarde transformada em ACO.

No final do ano passado, o então chefe da ACO lhe concedeu uma promoção de mérito, que foi posteriormente cancelada pelo "crivo" da presidência da empresa.

Neste contexto, novas retaliações não teriam surpresa. O caso Gê, infelizmente, é apenas um dos inúmeros efeitos colaterais de uma espécie de droga que teria sido injetada na Eletrosul, criando conturbações e relações de dependência, viciando e dopando chefias e empregados. A perda de autonomia serve de pretexto para o que antes seria classificado como conivência. Mesmo minimizados alguns destes efeitos "colaterais", fica a certeza que o problema é outro.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares semanais. Diretor Responsável: Dinivaldo Gillott. Editores: Gastão Casel(DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scaramozza. Ilustrações: Frank Mata. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão gráfica do Jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis/SC - CEP 88.015. Fone: (048) 223-38-66. Telefax (048) 223-35-96. Telex: 481525. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



PESQUISA CONFIRMA: ALTA-TENSÃO PROVOCA CÂNCER

Desta vez são estudos brasileiros que comprovam: quem trabalha com alta-tensão está sujeito a graves riscos de saúde. Segundo uma pesquisa feita pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com cariocas mortos por câncer entre 1962 e 1986, os índices comprovam isto. Das 19 pessoas que morreram neste período em decorrência de câncer no reto, 13 delas trabalhavam na Ligth.

Segundo o Fiocruz, os eletricitários representam também 55 das 95 mortes por câncer no estômago, seis das nove por tumor maligno no intestino grosso e nove da 15 por tumores cerebrais. Estes trabalhadores representam também a maioria das mortes por um tipo raro de doença: câncer nos seios nasais (cavidades nos ossos atrás do nariz).

Enquanto essa foi a causa de morte de 0,8% da população naquele período, entre os eletricitários a incidência foi de 5%. No total, dos 1.486 atestados de óbito dos eletricitários, 347 apontam câncer como causa mortis.

A controvérsia a respeito da exposição prolongada a campos eletromagnéticos é grande. Dois trabalhos recentes da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos chegaram a conclusões diferentes. Um, de outubro de 1990, alerta para o problema. Outro, de junho de 1991, afirma que não há dados suficientes para se chegar a uma conclusão.

SOLUÇÃO COLETIVA

O médico Flávio Valente, assessor da Comissão Intersindical de Saúde e Acidentes de Trabalho, explica que na

Suécia e Europa Oriental os estudos sobre o assunto estão muito avançados e apontam para uma relação entre, por exemplo, envelhecimento precoce (pele, embranquecimento de cabelos, impotência sexual e senilidade precoce) e o trabalho com alta-tensão. "Também está associada a esta rotina a instabilidade psicológica e outras transformações celulares, como o câncer. O campo eletromagnético induz alterações celulares que superam a capacidade do organismo resistir, como demonstram estas pesquisas".

Além disto, Valente lembra que ninguém pode esquecer daqueles fatores já bastante conhecidos da categoria: o perigo constante de morrer para aqueles que lidam com a alta-tensão e o

medo e angústia que esta situação de risco impõe a estes trabalhadores. "Em qualquer outra função o indivíduo tem autonomia para interferir no seu ritmo de trabalho, mas não nestes casos".

O médico considera esta situação extremamente grave e que fica pior porque as empresas tentam descaracterizar o risco e não estudam alternativas para solucioná-lo ou amenizá-lo. A primeira coisa a ser discutida, entende Valente, é uma forma de expor estas pessoas o menor tempo possível a um campo eletromagnético. "Individualmente o trabalhador não pode fazer nada. Temos que estudar mecanismos coletivos que diminuam o tempo de exposição a estes locais".

A Fantasia Encantada da Terra do Nunca

Samuel Pantoja
Jornalista- presidente do
Deb-CUT/SC

"Posso escolher ser feliz Agora Ou posso ser feliz Quando...ou se..."
(Spencer Johnson)

Há filmes que passam pela nossa vida como vento sem cheiro. Você entra e sai da sala de cinema, e na próxima esquina já nem consegue lembrar direito o nome dos personagens principais. *Hay otros*, que até dizem alguma coisa aos corações e mentes. *Hay quienes*, no entanto, que nos fazem girar a "bola" da cabeça e da emoção algumas vezes por minuto, que não as pulsações cotidianas. "Hook", a volta do Capitão Gancho", filme de Steven Spielberg pertence a esta última categoria.

Seja enquanto uma profundíssima reflexão acerca da vida, o sentido da existência, o funcionamento da usina dos sonhos e das paixões, ou seja tam-

bém nos aspectos da pujança tecnológica o filme consegue juntar os extremos: "o riso e o choro, com emoção pungente", no dizer da crítica paulista.

"Hook..." tem em seus papéis principais dois monstros sagrados do cinema contemporâneo: Robin Williams ("O Pescador de Ilusões", "Tempo de Despertar", "A Sociedade dos Poetas Mortos") e Dustin Hoffman, que dispensa maiores referências ("Rai Man" foi sua última genialidade, antes desta).

Do ponto de vista técnico, a obra de Spielberg combina efeitos gráficos com desenhos, sobre uma fotografia primorosa. Muitas panorâmicas e movimentos de câmera que dão a dosagem de dinamismo necessária ao tipo de filme que é "Hook".

E da janela onde Peter "Benning" Pan (Williams) apaga as estrelas com sua vó Wendy, pinta o recado, em forma de regra: "na Terra do Nunca as crianças não podem crescer, os adultos são piratas e os índios são permanentemente

atacados pelo capitão Gancho". Um mundo em que Sininho (Julia Roberts) vive uma eterna paixão irrealizável pelo herói Peter Pan, revelada antes da batalha final.

Na radiante manhã da Terra do Nunca, o reino da fantasia encantada, é "proibido amar sem amor". A força interior, a imaginação criativa, a nobreza dos ideais, componentes da paixão que move e removerá as montanhas do medo de nossas vidas, são cantadas durante os momentos decisivos do filme.

"A brincadeira acabou", avisa um dos integrantes da tribo dos meninos perdidos, após a vitória sobre as tropas de James Gancho. Fica, ainda no escurinho do cinema sob a luz da música universal de John Williams, o recado de Pan: "A vida será sempre uma magnífica aventura".

O filme "Hook" pode ser visto nos cinemas São José e Itaguaçu I.

